



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO

Numeração Única: 0033011-57.2007.4.01.3800

APELAÇÃO CÍVEL N. 2007.38.00.033645-5/MG

RELATOR(A) : JUIZ FEDERAL MARCEL PERES DE OLIVEIRA
APELANTE : SOLUTION ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA E OUTRO(A)
ADVOGADO : MG00050029 - LEANDRO PENNA PESSOA E OUTROS(AS)
APELADO : FAZENDA NACIONAL
PROCURADOR : GO00013207 - ADRIANA GOMES DE PAULA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. CESSÃO DE CRÉDITO DE TERCEIRO. IMPOSSIBILIDADE ADVENTO DA LEI Nº 10.637/2002. APELAÇÃO NÃO PROVIDA.

1. O art. 170 do CTN restringe o encontro de contas, quando do procedimento de compensação tributária, entre créditos fiscais com créditos do próprio contribuinte, não fazendo menção à possibilidade de créditos cedidos por terceiros.
2. O art. 74 da Lei nº 9.430/96 impõe que os créditos apurados perante a SRFB só poderão ser utilizados na compensação de débitos próprios e não de terceiros.(REsp nº 939.651/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 27.02.2008, p. 173).
3. Ademais, o art. 123 do CTN nega validade aos negócios jurídicos entre particulares para fins de produção de efeitos sobre a responsabilidade pelo pagamento de tributos. O Superior Tribunal de Justiça já firmou o entendimento no sentido de que a cessão de direitos de créditos só tem validade para fins tributários quando do negócio jurídico participa a Fazenda Pública. (No mesmo sentido:REsp 962.096-RS, Rel. MINISTRO JOSÉ DELGADO, DJ de 29.10.2007).
4. Apelação das partes impetrantes não provida.

ACÓRDÃO

Decide a Turma, por unanimidade, negar provimento à apelação.
Sétima Turma do TRF da 1ª Região, 20 de novembro de 2018.

JUIZ FEDERAL MARCEL PERES DE OLIVEIRA
RELATOR CONVOCADO

<<NUMERACAO_UNICA>>

<<PROCESSO>>

RELATÓRIO

EXMO. SR. JUIZ FEDERAL MARCEL PERES DE OLIVEIRA, RELATOR CONVOCADO:

Trata-se de recurso de apelação interposto pelas partes impetrantes em desfavor de sentença que, ao apreciar o direito líquido e certo vindicado, considerou que a legislação tributária veda a realização de compensação com créditos de terceiros oriundos de decisões judiciais não transitadas em julgado pelo contribuinte cessionário.

Os impetrantes aduzem que o direito de compensação foi autorizado judicialmente, por meio de decisão proferida cautelarmente nos autos do processo de n. 2001.05.00.039039-8/MCTR 1496-AL), ratificada por Acórdão emanado pelo E. TRF da 5ª Região e, posteriormente, pelo STJ no Resp 876.689/AL, afastando a exigência do trânsito em julgado como requisito para a compensação.

A FN sustenta, em síntese, que o TRF da 5ª Região, em sede de medida cautelar, suspendeu os efeitos da sentença proferida nos autos do processo que permitia a compensação tributária até o julgamento final dos recursos especial e extraordinário. Destarte, os impetrantes seriam apenas cessionários dos créditos discutidos judicialmente, não figurando na relação processual originária.

A Procuradoria Regional da República atuante perante esta E. Corte, através de seu douto parecer, opina pelo não provimento recursal.

Autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

EXMO. SR. JUIZ FEDERAL MARCEL PERES DE OLIVEIRA, RELATOR CONVOCADO:

Identifica-se nos autos que os impetrantes formularam, administrativamente, pedidos de compensação tributária lastreados em créditos discutidos judicialmente em sede de medida cautelar. Nesta, a decisão de primeira instância, confirmada pelo TRF da 5ª Região, favorecia a parte autora – Cooperativa de Colonização Industrial Pindorama LTDA- ao reconhecer o seu direito ao creditamento de IPI.

A FN, irrisignada, interpôs recursos especial e extraordinário em face da decisão colegiada, a qual permitia a efetivação de compensações tributárias antes mesmo do trânsito em julgado. O órgão colegiado, por sua vez, recebeu os recursos com efeito suspensivo, impedindo-se a exigibilidade dos créditos tributários.

Após a edição da Lei nº 11.051 de 2004, que alterou o artigo 74 da Lei nº 9.430/96, explicitamente previu no parágrafo 12, do referido normativo

: 'Art. 74.....

(...)

§ 12. Será considerada **não declarada a compensação nas hipóteses:**

1 - previstas no § 3º deste artigo;

<<NUMERACAO_UNICA>>

<<PROCESSO>>

II - em que o crédito:

a) seja de terceiros;

b) refira-se a "credito-prêmio" instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei n. 491, de 5 de março de 1969;

c) refira-se a título público;d) seja decorrente de decisão judicial não transitada em julgado;

A norma acima referenciada está em consonância com o conteúdo do art. 170 do CTN, que no seu *caput* previu que a compensação **somente** pode ser autorizada com créditos do sujeito passivo, confira-se:

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

Esta linha de interpretação é acolhida pelo c. Superior Tribunal de Justiça, consoante se verifica nos esclarecedores arestos a seguir transcritos:

COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA. RECURSO DE INCONFORMIDADE. ART. 74, §11, DA LEI 9.430/96. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE TRIBUTÁRIA. ARTIGO 151, III, DO CTN. COMPENSAÇÃO COM CRÉDITOS DE TERCEIROS. IMPOSSIBILIDADE.

I - Os artigos 151, III, do CTN e 74, § 11, da Lei nº 9.430/96, que determinam a suspensão da exigibilidade tributária quando houver manifestação de inconformidade do contribuinte, não se aplicam na hipótese de utilização de créditos tributários de terceiros, haja vista que as leis reguladoras do processo tributário não autorizam tal aproveitamento. Precedentes: REsp nº 653.553/MG, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ de 13.09.2007 e REsp nº 677.874/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJ de 24.04.2006.

II - "O art. 74 da Lei n. 9.430, de 1996, redação da Lei n. 10.037, de 2002, determina que os créditos apurados perante a Secretaria de Receita Federal só poderão ser utilizados na compensação de débitos próprios e não de terceiros". (REsp nº 939.651/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 27.02.2008).

III - O artigo 170 do CTN está plasmado no sentido de somente admitir que se proceda ao encontro de contas entre créditos fiscais com créditos do próprio sujeito passivo, não fazendo qualquer alusão à possibilidade do aproveitamento de créditos de terceiros na compensação tributária.

IV - Recurso especial provido. (REsp 1068830/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/08/2008, DJe 25/08/2008)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. TRIBUTÁRIO. COMPENSAÇÃO DE CRÉDITO DO SUJEITO PASSIVO COM DÉBITOS DE TERCEIROS.

1."Se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação

<<NUMERACAO_UNICA>>

<<PROCESSO>>

contrária aos interesses da parte" (AgRg no Ag 56.745/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, DJ de 12.12.1994).

2. Não obstante não haja no art. 170 do CTN e no art. 66 da Lei 8.383/91 óbice para que se efetue a compensação de créditos com débitos de terceiros, não se mostra plausível a alegação no sentido de que esses dispositivos asseguram tal direito. Por outro lado, a autorização prevista na antiga redação do art. 74 da Lei 9.430/96 sujeita-se ao poder discricionário da Secretaria da Receita Federal, que, segundo critérios de oportunidade e conveniência, "poderá autorizar a utilização de créditos a serem a ele [contribuinte] restituídos ou ressarcidos para a quitação de quaisquer tributos e contribuições sob sua administração"

Nesse sentido: REsp 640.031/SC, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ de 19.12.2005. 3. Assim, é imperioso concluir que não há ilegalidade na vedação contida no art. 1º da Instrução Normativa 41/2000 da SRF, porquanto amparada no art. 74 da Lei 9.430/96 (redação vigente à época da impetração). Por fim, cabe frisar, no tocante à nova redação do artigo acima referido, que "será considerada não declarada a compensação nas hipóteses em que o crédito seja de terceiros" (art. 74, § 2, II, "a", da Lei 9.430/96, com as alterações promovidas pela Lei 11.051/2004). 4. Recurso especial desprovido. (REsp nº 653.553/MG, Rel. Min. DENISE ARRUDA, DJ de 13.09.2007, p. 155).

TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. CESSÃO DE CRÉDITO. COMPENSAÇÃO. 1. A compensação de crédito tributário só pode ser feita pela empresa que obteve a sua certificação judicial. Impossível a sua utilização por terceiro, em consequência de negócio jurídico de cessão celebrado.

2. Não há dispositivo legal autorizando que contribuinte utilize créditos de terceiros para quitação de débitos.

3. O art. 74 da Lei n. 9.430, de 1996, redação da Lei n. 10.037, de 2002, determina que os créditos apurados perante a Secretaria de Receita Federal só poderão ser utilizados na compensação de débitos próprios e não de terceiros.

4. A Lei n. 11.051, de 2004, em seu art. 4º, determina (fl. 261):

"Art. 4º. O art. 74 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 74.....

§ 3º

(...)

§ 12. Será considerada não declarada a compensação nas hipóteses:

I - previstas no § 3º deste artigo;

II - em que o crédito:

a) seja de terceiros;

b) refira-se a "credito-prêmio" instituído pelo art. 1º do Decreto-Lei n. 491, de 5 de março de 1969;

c) refira-se a título público;

d) seja decorrente de decisão judicial não transitada em julgado;"

<<NUMERACAO_UNICA>>

<<PROCESSO>>

5. Recurso especial não-provido.(REsp nº 939.651/RS, Rel. Min. JOSÉ DELGADO, DJ de 27.02.2008, p. 173).

Demais disso, importa salientar que, por força do art. 123 do CTN, é negada validade aos negócios jurídicos entre particulares para fins de produção de efeitos sobre a responsabilidade pelo pagamento de tributos. Além do que, a Corte Superior de Justiça Nacional já firmou entendimento no sentido de que a cessão de direitos de créditos só tem validade para fins tributários quando do negócio jurídico participa a Fazenda Pública. (No mesmo sentido:REsp 962.096-RS, Rel. MINISTRO JOSÉ DELGADO, DJ de 29.10.2007).

Ante o exposto, nego provimento à apelação.

É o meu voto.

JUIZ FEDERAL MARCEL PERES DE OLIVEIRA
RELATOR CONVOCADO